



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SERVIÇO EM GERAL**

**SUMÁRIO**

**(De acordo com o art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133/2021)**

- 1. Objeto**
- 2. Fundamentação da contratação**
  - 2.1. Justificativa (motivação/necessidade)**
- 3. Descrição e requisitos do objeto**
  - 3.1. Especificação dos serviços**
  - 3.2. Classificação dos serviços**
- 4. Modelo de execução do contrato**
  - 4.1. Local de prestação dos serviços**
  - 4.2. Rotinas (atividades), frequência e periodicidade da execução dos serviços**
  - 4.3. Obrigações do contratante**
  - 4.4. Obrigações do contratado**
  - 4.5. Vigência do contrato**
- 5. Modelo de gestão do contrato**
  - 5.1. Sanções aplicáveis**
- 6. Prazo e critérios de pagamento**
  - 6.1. Prazo de pagamento**
  - 6.2. Condições de pagamento**
  - 6.3. Reajustamento**
- 7. Critérios de seleção do fornecedor**
  - 7.1. Aceitabilidade da proposta**
  - 7.2. Qualificação técnico-operacional**
  - 7.3. Qualificação econômico-financeira**
- 8. Preço estimado**
- 9. Adequação orçamentária**
- 10. Lei geral de proteção de dados pessoais**
- 11. Considerações finais**

## 1. OBJETO

**1.1.** Contratação dos serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagem aérea nacional e internacional para o Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, conforme condições, quantidades e exigências contidas neste instrumento, obedecendo à legislação aplicada pela Lei Federal nº 14.133 de 2021, e demais legislações afins.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

### 2.1. JUSTIFICATIVA (MOTIVAÇÃO/NECESSIDADE)

**2.1.1.** A presente contratação se faz necessária para atender às necessidades de deslocamento aéreo de membros, juízes eleitorais e auxiliares, servidores, beneficiários de acordo de cooperação e colaboradores eventuais deste Regional, visando a participação em seminários, congressos, reuniões, treinamentos, cursos e demais eventos de interesse do TRE/ES.

**2.1.2.** O quantitativo de serviços previsto para o período de 12 (doze) meses - 272 (duzentos e setenta e dois) bilhetes aéreos nacionais e 2 (duas) unidades de bilhetes aéreos internacionais - foi calculado com base na quantidade de passagens adquiridas no ano de 2023, conforme memória de cálculo abaixo:

ESTIMATIVA ANUAL DE PASSAGENS AÉREAS - CATSER 00000371-9				
Plano Orçamentário	Tipo	Descrição	Quantidade	Valor Total
Julgamento de Causas e Gestão Administrativa	Ordinário	Nacional	157	R\$275.133,67
		Internacional	0	R\$0,00
	TIC	Nacional	17	R\$30.570,41
		Internacional	0	R\$0,00
Capacitação de Recursos Humanos	Capacitação	Nacional	78	R\$137.742,53
		Internacional	2	R\$11.180,40
Capacitação de Recursos Humanos TIC	Capacitação em TIC	Nacional	20	R\$44.766,32
		Internacional	0	R\$0,00
TOTAL				R\$499.393,33

\*Esse valor contempla gastos ordinários de capacitação de recursos humanos e de outros eventos nacionais ou internacionais.

TIC - gastos relacionados a área de tecnologia de informação.

**2.1.3.** A fundamentação e os quantitativos a contratar encontram-se pormenorizados nos estudos técnicos preliminares, que embasaram a elaboração deste termo de referência.

### **3. DESCRIÇÃO E REQUISITOS DO OBJETO - CATSER 00000371-9**

#### **3.1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

**3.1.1.** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagem aérea nacional e internacional para o Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo.

**3.1.2.** Passagem aérea compreende o trecho de ida e o trecho de volta, independentemente da escolha de mais de uma companhia aérea, ou somente um dos trechos, nos casos em que isto represente toda a contratação.

**3.1.3.** Trecho compreende todo percurso entre a origem e o destino, independentemente de existirem conexões ou serem utilizadas mais de uma companhia aérea.

#### **3.2. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**3.2.1.** O objeto que se pretende contratar enquadra-se, para efeitos do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, no conceito de “serviços comuns”, e deverão ser prestados de forma contínua, sem dedicação exclusiva de mão-de-obra.

### **4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **4.1. LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**4.1.1.** A empresa contratada enviará arquivo em formato ".pdf" com bilhete aéreo (e-ticket), contendo o código localizador, por meio do correio eletrônico "*sdo@tre-es.jus.br*" e outros correios eletrônicos previamente indicados por este TRE-ES, obedecidos os prazos estabelecidos no item 4.5 deste instrumento.

**4.1.2.** A empresa contratada deverá disponibilizar um telefone fixo (DDD 27, 0800, 400X, ou número de telefone que permita ligação a cobrar) e telefone móvel celular.

#### **4.2. ROTINAS (ATIVIDADES), FREQUÊNCIA E PERIODICIDADE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**4.2.1.** A contratada poderá ser contatada para pronto atendimento a qualquer tempo, inclusive nos finais de semana, feriados e, em casos excepcionais e urgentes, através de telefone fixo (DDD 27, 0800, 400X, ou número de telefone que permita ligação a cobrar) e telefone móvel celular.

**4.2.2.** A empresa contratada deverá indicar ao TRE/ES, por escrito, como condição prévia para a assinatura do contrato:

**4.2.2.1** Um endereço eletrônico específico para o recebimento das solicitações das passagens, o nome e telefone de contato de funcionário(s) para atender as requisições do serviço objeto do presente, prestar esclarecimentos e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato, bem como nome e telefone de contato do(s) responsável(is) financeiro(s), responsabilizando-se pela atualização dos dados desses funcionários sempre que houver alteração;

**4.2.2.2.** Pelo menos 01 (um) número de telefone fixo que atenda em dias úteis no horário das 08:00 às 18:00 horas, bem como indicar endereço comercial para recebimento de correspondências, caso não seja o mesmo endereço da sede da empresa.

**4.2.3.** Prestar os serviços de emissão, remarcação e cancelamento, atendendo às datas, horários e voos estabelecidos por livre escolha do TRE/ES. Uma vez solicitada a reserva, a contratada deverá se responsabilizar por mantê-la ativa até que seja solicitada a emissão do bilhete.

**4.2.4.** Emitir bilhete de passagens aéreas, em trecho nacional ou internacional, para localidades indicadas pelo Tribunal contratante, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento da solicitação, informando o localizador e o e-ticket;

**4.2.4.1.** A Contratada obriga-se a confirmar o recebimento da solicitação das passagens no prazo máximo de 01 (uma) hora contado a partir do seu envio pela Contratante;

**4.2.4.2.** O horário constante na respectiva mensagem caracterizará o início da contagem do prazo de 24 (vinte e quatro) horas para emissão das passagens.

**4.2.5.** Enviar ao TRE/ES os extratos de confirmação de voo, emitidos pelas Companhias Aéreas, via correio eletrônico, na forma do item 4.1.1 deste instrumento.

**4.2.6.** Informar por telefone o número do localizador e do e-ticket do passageiro, no caso de solicitações emergenciais.

**4.2.7.** Auxiliar a contratante para a adequada definição do melhor roteiro, tarifas, horários e frequência de voos, sempre que solicitada.

**4.2.8.** Desmarcar, cancelar ou remarcar, dentro das disposições legais, as passagens que não atendam ao TRE/ES, conforme solicitação;

**4.2.8.1.** Em caso de remarcação de passagem aérea, a Contratada deverá encaminhar à Contratante, juntamente com a fatura, demonstrativo detalhado contendo os valores referentes a nova tarifa utilizada, taxas e quaisquer outros valores que compõem o valor final da fatura.

**4.2.9.** Efetuar a troca imediata da passagem, em caso de cancelamento de voo, assegurando o embarque no voo de horário mais próximo do cancelado, ainda que de outra companhia aérea, ressalvados os casos de impossibilidade justificada.

**4.2.10.** A passagem aérea não utilizada será revertida mediante glosa dos valores respectivos na própria fatura apresentada pela contratada, demonstrando detalhadamente o valor final apresentado.

**4.2.10.1.** Quando da efetuação da glosa, eventuais multas aplicadas pelas companhias aéreas em razão do cancelamento das passagens aéreas deverão ser consideradas.

**4.2.10.2.** Os valores que não foram processados na primeira fatura quinzenal apresentada após a ocorrência deverão ser processados na próxima fatura emitida pela contratada.

**4.2.10.3.** Quando do encerramento ou rescisão contratual, na impossibilidade de reversão da totalidade dos cancelamentos efetuados, na forma estabelecida no caput, o montante a ser glosado poderá ser deduzido da garantia apresentada na contratação, ou ser reembolsado ao órgão ou entidade, mediante recolhimento do valor respectivo por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU.

**4.2.11.** Garantir o menor valor ofertado, no momento da emissão da passagem, desde que atendidas as condições de data e horário informados pelo Contratante, bem como as condições estabelecidas pelas companhias aéreas;

**4.2.11.1.** A agência de viagens deverá repassar qualquer bônus que porventura venha a receber da Companhia aérea, inclusive “taxa, ou código D.U.”

**4.2.12.** Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pelo Tribunal contratante, com relação ao fornecimento de bilhetes de passagens aéreas;

**4.2.13.** Fornecer passagens de qualquer companhia aérea que atenda ao trecho e horários requisitados;

**4.2.14.** Encaminhar à Contratante, no prazo de até 02 (dois) dias úteis após o término da viagem, documento, emitido pela Contratada, equivalente aos cartões de embarque;

### **4.3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**4.3.1.** Promover, por intermédio do fiscal contratual, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, a quem compete realizar:

**a)** Anotação em registro próprio das falhas detectadas e demais ocorrências.

**b)** Comunicação formal de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada, fixando prazo para a sua correção.

**c)** Acordar com a contratada as soluções mais convenientes ao bom andamento dos serviços, fornecendo à mesma todas as informações solicitadas;

**d)** Recusar as passagens que não tenham sido emitidas de acordo com as especificações contratuais;

**e)** Informação a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

**f)** Praticar quaisquer atos, no âmbito operacional deste contrato, que se destinem a preservar todo e qualquer direito do TRE/ES.

**4.3.2.** Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preços e prazo estabelecidas no respectivo Contrato.

**4.3.3.** Indicar à Contratada os servidores aptos a fazer a requisição das passagens aéreas, informando nome completo, telefone e endereço eletrônico;

**4.3.4.** Solicitar as passagens aéreas através de formulário de requisição, assinado pelo representante do Tribunal, numerado sequencialmente – e encaminhar à contratada por endereçamento eletrônico;

**4.3.5.** Em regra, as solicitações dos bilhetes de passagens deverão ser feitas com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data fixada para a viagem.

**4.3.5.1.** Excepcionalmente poderão ocorrer solicitações de passagens fora do prazo estabelecido acima, em situações de caráter emergencial.

**4.3.6.** Proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento da prestação dos serviços contratados.

### **4.4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**4.4.1.** Receber/Retirar a nota de empenho no prazo de 3 dias úteis. Havendo instrumento contratual, o mesmo deverá ser assinado digitalmente no prazo de 3 dias úteis após a sua disponibilização no ambiente SEI do TRE-ES.

**4.4.2.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução.

**4.4.3.** Arcar com todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, bem como os tributos resultantes da execução do contrato.

**4.4.4.** Acatar as recomendações efetuadas pelo fiscal do contrato.

**4.4.5.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

**4.4.6.** Comunicar ao TRE-ES, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução do objeto ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução e prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos fiscais.

**4.4.7.** Informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional. Caso não apresente a informação de opção pelo Simples, os impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos ao Tesouro Nacional.

**4.4.8.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

**4.4.9.** Comprovar, por ocasião da licitação, que possui cadastro no Ministério do Turismo;

**4.4.10.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os serviços avençados, sem prévia e expressa anuência da Contratante;

**4.4.11.** Apresentar a cada 15 dias as faturas emitidas pelas companhias aéreas referentes às passagens aéreas adquiridas por este órgão, apresentação esta que condicionará o pagamento da fatura da agência.

**4.4.12.** Fornecer, sempre que solicitado, a comprovação dos valores vigentes das tarifas à data da emissão das passagens, mediante informação expedida pelas companhias aéreas, para verificação dos valores.

## **4.5. VIGÊNCIA CONTRATUAL**

**4.5.1.** O presente Contrato terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente, limitado a 10 (dez) anos, e desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração.

**4.5.2.** A data prevista para início da execução contratual é 02/01/2025, não se constituindo obrigação da Administração o efetivo cumprimento desta data.

## **5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **5.1. SANÇÕES APLICÁVEIS**

**5.1.1.** O descumprimento do prazo para a retirada da Nota de Empenho (ou a recusa em aceitá-la), ou para a assinatura do contrato, implicará na cobrança de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total adjudicado e no impedimento de licitar e contratar com a UNIÃO pelo período de até 3 (três) anos;

**5.1.2.** Em conformidade com as disposições previstas neste Termo de Referência, o contratado que descumprir as obrigações nele estipuladas, ficará sujeito às sanções estabelecidas no art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021 e, ainda, às seguintes penalidades:

**a)** Pela inexecução parcial do objeto ou do contrato, a Contratada estará sujeita à penalidade de multa de 15%, calculada sobre o valor do objeto ou período inexecutado, conforme o caso.

**b)** Pela inexecução total ou do contrato, a Contratada estará sujeita à penalidade de multa de 30%, calculada sobre o valor total do contrato.

**c)** Pelo descumprimento de qualquer outra obrigação, a Contratada estará sujeita a multa no percentual de 0,25% por ocorrência, calculada sobre o valor total do contrato.

**5.1.3.** Caracterizará a inexecução contratual:

**a)** inexecução total do contrato: a NÃO execução do serviço, expirados todos os prazos previstos.

**b)** inexecução parcial do contrato: o remanescente do contrato em caso de rescisão unilateral.

**5.1.4.** Poderão ser aplicadas as demais penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, cumuladas às multas acima previstas.

**5.1.5.** Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida.

II - as peculiaridades do caso concreto.

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública.

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**5.1.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada por meio de Guia de Recolhimento da União ou judicialmente.

**5.1.7.** A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**5.1.8.** As sanções aplicadas serão publicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis).

**5.1.9.** A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

**5.1.10.** A contagem dos prazos inicia-se automaticamente no primeiro dia de atraso na execução do objeto, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pela Contratada, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do objeto.

**5.1.11.** Da aplicação das penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento do processo.

**5.1.12.** No caso de declaração de inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da intimação, e será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**5.1.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

## **6. PRAZOS E CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

### **6.1. PRAZO DE PAGAMENTO**

**6.1.1.** O Contratante pagará à Contratada o valor correspondente à contratação, mediante depósito bancário em sua conta corrente, até o quinto dia útil após a apresentação de documento fiscal, que deverá ser apresentado a cada 15 dias, devidamente atestado pelo setor competente deste Tribunal, desde que não haja fato impeditivo provocado pela mesma.

**6.1.2.** O pagamento será efetuado obedecendo-se a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/21.

**6.1.3.** Será considerada como “data do pagamento” o dia em que for emitida a respectiva ordem bancária.

## **6.2. CONDIÇÕES PARA O PAGAMENTO**

**6.2.1.** O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente, no que se refere as retenções tributárias.

**6.2.2.** O documento fiscal apresentado por ocasião do pagamento deverá ser, obrigatoriamente, emitido pelo mesmo estabelecimento contratado.

**6.2.3.** Havendo erro no documento fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquele será devolvido à Contratada pelo Gestor do Contrato e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação.

**6.2.4.** A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL (01) via na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.

**6.2.5.** A declaração de que trata o parágrafo anterior poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

**6.2.6.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento do documento fiscal, a serem incluídos em documento próprio, são calculados por meio da aplicação da fórmula  $EM = I \times N \times VP$ , na qual: EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso.  $I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438$ , assim apurado:  $I = i/365$        $I = 6/100/365$        $I = 0,0001643$  Em que  $i$  = taxa percentual anual no valor de 6%.

## **6.3. REAJUSTAMENTO**

**6.3.1.** Não haverá reajustamento da taxa de desconto.

**6.3.2.** O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação (art. 131, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).

**6.3.3.** A decisão sobre o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos respectivos documentos comprobatórios.

## **7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **7.1. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

**7.1.1.** Será considerado vencedor o proponente que apresentar o maior desconto, em percentual, por passagem emitida.

### **7.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL**

**7.2.1.** O licitante deverá apresentar ainda os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira, via sistema “Compras.gov”, na forma de anexo, consistentes em:



**7.2.1.1.** Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) ter a licitante executado, satisfatoriamente, serviço de fornecimento de passagens aéreas de características compatíveis com o objeto deste Edital.

**7.2.1.2.** Comprovação de Cadastro no Ministério do Turismo.

**7.2.1.2.1.** A comprovação do cadastro da empresa no Ministério do Turismo poderá ser feita através de consulta ao endereço eletrônico <https://cadastur.turismo.gov.br/hotsite/#!/public/capa/entrar>

### **7.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**7.3.1.** Apresentar, para fins de qualificação econômico-financeira, Certidão Negativa de Falência e Concordata ou Execução Patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede da empresa.

## **8. PREÇO ESTIMADO**

**8.1.** O valor de referência (percentual único referente à taxa de desconto) estimado para a presente contratação é de 14,44 % (mínimo aceitável).

## **9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**9.1.** A Contratação será custeada com recursos do Programa de Trabalho 02.122.0570.20GP.0032 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral, Natureza de Despesa - 339033 – Passagens e Despesas com Locomoção.

## **10. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (Lei nº 13.709/2018)**

**10.1.** É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**10.2.** Para fins de execução do objeto contratado e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o Contratante poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, inclusive para publicação nos portais de Transparência do Contratante.

**10.3.** Para fins de execução do contrato, haverá compartilhamento de dados entre a Contratante e a Contratada.

## **11. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**11.1.** Ao encaminhar a proposta, o responsável pelo envio atesta estar ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas neste documento, bem como de que a proposta encaminhada vincula a empresa ao cumprimento de seus termos.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL FLAVIO DE OLIVEIRA GONZAGA, Chefe de Seção**, em 03/09/2024, às 11:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1230092** e o código CRC **25C0E86C**.